

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2015

1

Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006	Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2015	Emendas da CEAPF
		<b>Emenda nº 1 – CEAPF</b> Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2015, a seguinte redação:
	Altera a Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, <b>que dispõe</b> sobre o prazo referente ao apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, prevista na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002.	Altera a Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, <b>para dispor</b> sobre prazo referente ao apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, prevista na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	<b>Art. 1º</b> O <a href="#">art. 19 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006</a> , passa a vigorar com a seguinte redação:	
<b>Art. 19.</b> Fica o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, prevista na <a href="#">Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002</a> , autorizado a utilizar, até 31 de dezembro de <b>2015</b> , recursos federais para executar obras e serviços de conservação, manutenção, recuperação, restauração, construção, sinalização, supervisão, elaboração de estudos e projetos de engenharia, bem como a tutela do uso comum das respectivas faixas de domínio, compreendendo a fiscalização, regulação, operação, cobrança pelo uso da faixa e ressarcimento pelos danos causados nos trechos transferidos.	“ <b>Art. 19.</b> Fica o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, prevista na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, autorizado a utilizar, até 31 de dezembro de <b>2025</b> , recursos federais para executar obras e serviços de conservação, manutenção, recuperação, restauração, construção, sinalização, supervisão, elaboração de estudos e projetos de engenharia, bem como a tutela do uso comum das respectivas faixas de domínio, compreendendo a fiscalização, regulação, operação, cobrança pelo uso da faixa e ressarcimento pelos danos causados nos trechos transferidos.	<b>Emenda nº 2 – CEAPF</b> <b>Substitua-se</b> , no art. 19 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, na forma do PLS nº 508, de 2015, as referências ao ano de <b>2025</b> pelo ano de <b>2020</b> .
.....	.....” (NR)	
	<b>Art. 2º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	

